

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Via Engenharia S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devidamente acompanhadas pelas notas explicativas. Brasília-DF, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS						
em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)						
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante				Receita operacional líquida		
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.100	54.127	Fornecedores	11	16.187	18.973	Custos com obras de empreitada e incorporação	21	156.820
Contas a receber de clientes	5	52.908	50.443	Obrigações trabalhistas e sociais	12	12.958	16.095	Lucro bruto		12.301
Imóveis a comercializar	6	115.553	116.500	Impostos e contribuições diferidos	15	3.006	4.530	Receitas (despesas) operacionais		
Outros créditos	7	12.754	12.571	Empréstimos e financiamentos	13	37.619	35.698	Despesas administrativas	22	(21.728)
Impostos a recuperar e diferidos	8	17.339	32.622	Outras contas a pagar	14	6.930	8.724	Despesas comerciais		(85)
Despesas antecipadas		10	290			76.700	84.020	Despesas tributárias		(742)
		221.664	266.551	Não circulante				Depreciações e amortizações		(4.298)
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	13	142.817	134.784	Resultado financeiro	23	(26.925)
Realizável a longo prazo				Impostos e contribuições diferidos	15	50.558	56.305	Resultado de equivalência patrimonial	9	63.440
Contas a receber de clientes	5	862	935	Transações com Partes Relacionadas	18	17.508	-	Outras receitas (despesas) operacionais		2.181
Transações com Partes Relacionadas	18	258.886	235.328	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	16	2.873	3.931			11.842
Ativo fiscal diferido	8	29.509	9.739			213.756	195.020	Resultado antes da tributação		24.143
Depósitos e cauções		2.248	3.059	Patrimônio líquido	19			Imposto de renda	17	(31)
		291.505	249.061	Capital social		169.158	169.158	Contribuição social	17	(24)
Investimentos por equivalência	9a	223.697	160.257	Adiantamento para aumento de capital		46.340	47.537	Ativo fiscal diferido	17	21.133
Propriedade para investimento	9b	171.150	171.150	Reserva legal		29.933	27.672	Resultado líquido do exercício		45.222
Imobilizado	10	15.552	21.106	Reserva de retenção de lucros		387.681	344.720			47.961
		410.399	352.513			633.112	589.087			
		701.904	601.575	Total do passivo e patrimônio líquido		923.568	868.125			
Total do ativo		923.568	868.125							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)		
	2016	2015
Resultado líquido do exercício	45.222	47.961
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado líquido abrangente do exercício	45.222	47.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)		
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	24.143	67.949
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.298	12.120
Resultado de equivalência patrimonial	(63.440)	(40.948)
Baixa de imobilizado	1.256	269
	(33.743)	39.390
Variações nos ativos e nos passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(2.574)	88.817
(Aumento) redução em Imóveis a comercializar	947	(46.443)
Aumento (redução) em fornecedores	(2.786)	(14.341)
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	4.421	(21.015)
	8	5.017
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(33.735)	44.407
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4.500)
Aumento/diminuição de investimentos	-	(96.264)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(100.764)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição (amortização) de empréstimos	9.955	52.623
Transações com partes relacionadas	(7.247)	(3.359)
Adiantamento para aumento de capital	-	(2.306)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	2.707	46.957
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(31.027)	(9.400)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.127	63.527
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.100	54.127
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(31.027)	(9.400)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Via Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília - Distrito Federal, tendo como atividade preponderante a execução de serviços de engenharia e obras em geral nos setores de obras de infraestrutura, construção por empreitada, inclusive edificação de obras públicas e privadas e de incorporação imobiliária.

A Via Engenharia S.A. possui as seguintes participações societárias em empresas coligadas:

	% de participação	
	2016	2015
CENTRAD Holding S.A.	50,00	50,00
SVC Construções S.A.	50,00	50,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 101	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 102	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 103	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 104	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 105	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 106	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 107	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 108	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 109	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 110	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 111	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 112	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 113	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 114	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 115	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 116	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 117	1,00	1,00
Via SPE 118 Empreend Imob. e Participações S.A.	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 119	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 120	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 121	1,00	1,00
Jacarandá Empr Imob S.A.-SPE 122	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 124	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 125	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 127	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 128	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 129	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 130	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 131	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 132	5,00	5,00
Via S.A.-SPE 302 Empreend Imobiliários	1,00	1,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 303	5,00	5,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 502	5,00	5,00

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a. Demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Na preparação das demonstrações contábeis, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências e garantias, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil dos bens do imobilizado, custo orçado dos empreendimentos em construção, classificação de curto e longo prazo, entre outros.

b. Moeda funcional - A moeda funcional na qual as demonstrações contábeis são divulgadas é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

c. Políticas contábeis - As políticas contábeis da Companhia foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

d. Data da aprovação das demonstrações contábeis - A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2017.

3 Base de preparação
a. Ajustes efetuados nas demonstrações contábeis de períodos anteriores

Em decorrência de determinados aprimoramentos na interpretação de certos critérios contábeis, a Companhia efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 foram retificadas, conforme previsto na Resolução nº 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis:

ATIVO	Exercício 2015		
	Saldo Original	Ajustes	Saldo Final
Circulante	273.815	(7.262)	266.553
Caixa e equivalentes de caixa	54.127	-	54.127
Contas a receber de clientes (a)	61.446	(11.003)	50.443
Imóveis a comercializar	116.500	-	116.500
Outros créditos	12.571	-	12.571
Impostos a recuperar e diferidos (a)	28.880	3.741	32.621
Despesas antecipadas	290	-	290
Não circulante	608.805	(7.229)	601.575
Contas a receber de clientes	935	-	935
Transações com Partes Relacionadas	235.328	-	235.328
Ativo fiscal diferido	9.739	-	9.739
Depósitos e cauções	3.059	-	3.059
Investimentos por equivalência	160.257	-	160.257
Propriedade para investimento	171.150	-	171.150
Imobilizado (b)	28.336	(7.229)	21.106

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	169.158	49.844	25.274	299.157	-	543.433
Adiantamento para aumento de capital	-	(2.307)	-	-	-	(2.307)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	47.961	47.961
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	2.398	-	(2.398)	-
Constituição de reserva	-	-	-	45.563	(45.563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	169.158	47.537	27.672	344.720	-	589.087
Adiantamento para aumento de capital	-	(1.197)	-	-	-	(1.197)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	45.222	45.222
Destinações:						
Constituição de reserva legal	-	-	2.261	-	(2.261)	-
Constituição de reserva	-	-	-	42.961	(42.961)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	169.158	46.340	29.933	387.681	-	633.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO			
Circulante			
	2016	2015	2014
Fornecedores	18.973	18.973	18.973
Obrigações trabalhistas e sociais	16.095	16.095	16.095
Impostos e contribuições diferidos	4.530	4.530	4.530
Empréstimos e financiamentos	35.698	35.698	35.698
Outras contas a pagar	8.724	8.724	8.724
Não circulante	195.020	195.020	195.020
Empréstimos e financiamentos	134.784	134.784	134.784
Impostos e contribuições diferidos	56.305	56.305	56.305
Transações com Partes Relacionadas	-	-	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	3.931	3.931	3.931
Patrimônio líquido	603.578	(14.491)	589.087

a) Refere-se a ajuste retrospectivo decorrente de constituição de provisão para perdas de créditos vencidos em períodos anteriores. Adicionalmente, foi constituído o crédito tributário das respectivas diferenças temporárias.

b) Refere-se a ajuste retrospectivo oriundo de baixa de determinados ativos em função de reconciliações das composições analíticas auxiliares do ativo imobilizado.

b. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam a legislação societária brasileira aplicáveis às sociedades anônimas, incluindo os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A apresentação das demonstrações contábeis foi elaborada com base no custo histórico.

c. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando-se as estimativas e as premissas, cujo objetivo é mensurar, entre outras, a realização de créditos tributários, as provisões para perdas de certos ativos e as provisões para demandas judiciais. Não obstante essas estimativas e premissas serem consideradas adequadas na atual circunstância e serem submetidas a revisões periódicas, os valores, que serão conhecidos e efetivados futuramente, podem ser diferentes.

d. Reconhecimento de receitas e custos

A apuração do resultado é efetuada pelo regime de competência, observados os seguintes aspectos:

d.1 Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis

A receita e os custos relativos às unidades vendidas e não concluídas de incorporação imobiliária são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos.

A receita é reconhecida na extensão da transferência contínua dos riscos e benefícios ao comprador dos imóveis à medida que a construção do empreendimento avança, nos termos da Orientação OPCO 04 - Aplicação da Interpretação Técnica do ICPQ 02 às Entidades de Incorporação, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, encargos e tributos sobre vendas.

Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado.

E apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas de forma diretamente proporcional ao custo.

Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, conforme o caso. Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis".

Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da entrega das chaves, são apropriados ao resultado de incorporação e à venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção são registrados nos estoques de imóveis a comercializar e são apropriados ao custo incorrido das unidades concluídas, observando os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária para as unidades vendidas em construção.

Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita.

As despesas de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas, representado pela veiculação, de acordo com o regime de competência.

d.2 Operações de permuta

Nas permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de apartamentos a construir, o valor do terreno adquirido pela Companhia é apurado com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida as obrigações por compra de terreno no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação, desde que tenha sido obtido o registro de incorporação imobiliária do futuro empreendimento. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme descrito no item (c.1) acima.

d.3 Apuração do resultado de obras e serviços de empreitada

As receitas de obras por empreitada de contratos em longo prazo são apropriadas, com base no regime de competência, de acordo com o progresso físico das obras.

d.4 Apuração do resultado de consórcios

A Companhia opera também por meio de consórcio com outras empresas, e a apuração do resultado é feita de forma proporcional à sua participação. São elaboradas demonstrações contábeis específicas, preparadas com base nas mesmas práticas contábeis adotadas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Via Engenharia S.A.

Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Via Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Aplicação do OCPC 04 – Entidades de Incorporação Imobiliária

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 d.1), que descreve que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis preparadas de acordo com as IFRS aplicáveis as Entidades de Incorporação Imobiliária consideram adicionalmente a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de abril de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF